



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

# PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2018

DATA DA PROVA: 27/01/2019

TARDE

## CARGO: **PROCURADOR** (NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 06; Matemática: 07 a 10;

Conhecimentos Gerais: 11 a 14. Conhecimentos Específicos: 15 a 30.

### LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta e da folha de resposta definitiva da prova discursiva.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova, juntamente com o caderno de prova discursiva na íntegra.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

### Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES 01 A 06 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o trecho da entrevista a seguir, concedida pelo historiador Leandro Karnal, e responda às questões de 1 a 6:

**Quais são hoje as grandes questões da humanidade, inerentes à nossa época?**

O ser humano está associado ao consumo, a vida adquiriu uma dimensão virtual, imagem é tudo, o outro é perigoso, família é meu centro, esforço resolve qualquer questão, o melhor virá logo em seguida se eu me sacrificar, informação virou conhecimento, tecnologia resolve, juventude será eterna, a vida pode ser controlada. Isto é quase toda a nossa filosofia atual.

O senhor acredita que hoje as pessoas estão tentando buscar o sentido da vida de uma forma diferente? Há uma retomada às tentativas de se compreender melhor?

Existem pessoas que se perguntam pela árdua questão do sentido da vida. Mas, a maioria busca a satisfação de necessidades rápidas como o consumo. O mais desafiador seria pensar, “sartreanamente”, que a vida em si não apresenta um sentido prévio, mas que devemos descobrir algo a partir da nossa realidade, pois a existência precede a essência.

O desejo pela felicidade é uma constante dos nossos tempos? Por que é importante falar sobre a busca pela felicidade hoje?

Não. Ele é um projeto essencialmente burguês do século XIX. A felicidade neste mundo não era o foco da maioria das civilizações anteriores. Como nós a entendemos, hoje, felicidade é um grande projeto de classe média (que atinge gente de todas as classes) que deve apresentar uma vida integral, plena, com saúde, estrutura familiar, bem sucedida e cheia de controles. Felicidade é um projeto de classe média e isto marca todo o aconselhamento sobre felicidade disponível nas redes. Aristocratas e proletários pensam e agem por outro caminho.

(Entrevista realizada pela ISTO É, 2016.)

01. De acordo com o texto, o desejo pela felicidade é:

- a) A existência precede a essência, como afirmava Sartre.
- b) A tecnologia que resolve, pois a vida pode ser controlada.
- c) Um projeto essencialmente burguês do século XIX.
- d) Esforço resolve qualquer questão, juventude é eterna.

02. A respeito da frase “a existência precede a essência”, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

- I. O verbo “precede” significa “antecede, vem antes de”.
- II. Os dois artigos definidos presentes na frase deveriam estar acrescidos do acento marcador de crase, por uma questão de estética.
- III. A frase ficaria mais elegante e correta grafada “À existência precede à essência”.
- IV. “Existência” e “essência” têm o mesmo sentido e significado.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente a afirmativa IV está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

03. Analise as funções sintáticas desempenhadas pelos termos da frase “a vida adquiriu uma dimensão virtual”.

- I. a vida
- II. adquiriu
- III. uma dimensão virtual

- A) Objeto direto.
- B) Sujeito.
- C) Verbo.

Correlacionando CORRETAMENTE os elementos a suas respectivas funções, assinale a alternativa CORRETA.

- a) I-A, II-B, III-C.
- b) I-B, II-C, III-A.
- c) I-C, II-B, III-A.
- d) I-B, II-A, III-C.

04. Em termos gerais, adjunto adnominal é o termo da oração que acompanha e caracteriza o substantivo, podendo ser um artigo, adjetivo, pronome, entre outros. Assinale a alternativa que apresenta uma frase que NÃO apresenta qualquer adjunto adnominal.

- a) A vida pode ser controlada.
- b) Família é meu centro.
- c) Informação virou conhecimento.
- d) Esforço resolve qualquer questão.

05. Na frase “Existem pessoas que se perguntam pela árdua questão do sentido da vida”, o verbo “existem” está no plural pois:

- a) Concorda com o núcleo do sujeito “pessoas”, que também está no plural.

- b) Não deveria estar, sendo a frase classificada como incorreta de acordo com a norma.  
c) concorda com “se perguntam”, outro verbo no singular.  
d) se trata de um uso aceito pela maioria, embora esteja errado gramaticalmente.

---

06. A respeito do verbo “sacrificar”, presente na frase “o melhor virá logo em seguida se eu me sacrificar”, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA.

I. O verbo está conjugado incorretamente, pois, após a conjunção “se”, a forma verbal correta seria “sacrifico”, já que o sujeito é “eu”, ficando correta a frase “o melhor virá em seguida se eu me sacrifico”.

II. O verbo está conjugado corretamente, pois assume essa forma quando está regido pela conjunção “se”.

- a) Nenhuma afirmativa está correta.  
b) Somente a afirmativa I está correta.  
c) Somente a afirmativa II está correta.  
d) As duas afirmativas estão corretas.

---

### QUESTÕES 07 A 10 - MATEMÁTICA

07. Um polígono possui:

- a) A área igual ao produto entre sua base e sua altura.  
b) A relação entre lados  $l$  e vértices  $v$  descrita pela

$$\text{relação } l = \frac{(v - 2)}{2}$$

- c) A soma dos ângulos internos igual a  $(l - 2) \cdot 180^\circ$ , sendo  $l$  a quantidade de lados desse polígono.  
d) Sua área medida, preferencialmente, em  $\text{cm}^3$ .

---

08. Em um relatório contendo medidas de um terreno para construção de um prédio público, o profissional encarregado esqueceu-se de colocar as unidades ao descrever as dimensões do terreno. Ele escreveu que o terreno é retangular e possui “200” de largura e “100” de profundidade. Considerando que este terreno fica dentro da área urbana de uma cidade das dimensões de Guarapuava, esse terreno pode ter:

- a)  $20 \text{ km}^2$  de área total, considerando que as medidas das dimensões do terreno estão registradas em “metros”.  
b)  $20.000 \text{ km}^2$  de área total, considerando que as medidas das dimensões do terreno estão registradas em “quilômetros”.  
c)  $20.000 \text{ m}^2$  de área total, considerando que as medidas das dimensões do terreno estão registradas em “metros”.

d)  $20.000 \text{ cm}^2$  de área total, considerando que as medidas das dimensões do terreno estão registradas em “centímetros”.

---

09. Qual a soma entre as raízes do sistema de equações abaixo?

$$\begin{cases} x + 2y - z = -6 \\ 3x - y + 2z = 24 \\ 5x + 4y - 4z = -17 \end{cases}$$

- a) 9.  
b) 0.  
c) -4.  
d) -8.

---

10. Quatro torneiras de idênticas vazões abertas enchem um recipiente de 20 l em 30 minutos. Quantas torneiras iguais a essas são necessárias para encher um recipiente de 45 l em 45 minutos?

- a) 2 torneiras.  
b) 3 torneiras.  
c) 4 torneiras.  
d) 6 torneiras.

---

### QUESTÕES 11 A 14 - CONHECIMENTOS GERAIS

11. Em novembro de 2018, a equipe de transição do presidente eleito Jair Bolsonaro já havia anunciado diversos nomes para compor os futuros ministérios de seu governo. Analise as opções a seguir e assinale a que NÃO indica um dos nomes indicados pelo novo governo para exercerem as funções de Ministros de Estado.

- a) Geraldo Alckmin.  
b) Marcos Pontes.  
c) Paulo Guedes.  
d) Sérgio Moro.

---

12. Segundo a economista britânica Susan Strange, o termo globalização sofre de uma espécie de ausência de exatidão conceitual, sendo utilizado para se referir a coisas muito distintas. A este respeito, analise as alternativas a seguir e assinale a que NÃO indica uma das características gerais da globalização.

- a) Aumento nos fluxos de comércio, investimento e comunicação entre as nações.  
b) Dispersão global das estruturas sociais da modernidade, como a industrialização.  
c) Impossibilidade de desenvolvimentos de uma região gerarem efeitos em outras.  
d) Tendência ao crescimento na interdependência e nas trocas internacionais.

13. Leia a notícia a seguir, a respeito de uma recente tragédia envolvendo um país latino-americano, e assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE a lacuna.

*“Os destroços de um submarino da Marinha da \_\_\_\_\_ desaparecido desde novembro do ano passado, com uma tripulação de 44 pessoas, foram finalmente encontrados, informaram as autoridades argentinas neste sábado. O submarino AR San Juan foi encontrado a oitocentos metros de profundidade no Oceano Atlântico, depois de a localização ter sido identificada por uma empresa norte-americana contratada para as buscas”.*  
(O Público, 17/11/18, com adaptações).

- a) Argentina.
- b) Bolívia.
- c) Colômbia.
- d) Venezuela.

14. Com base na Lei Orgânica do Município de Guarapuava, analise as alternativas a seguir e marque a que NÃO contém uma das competências do Município.

- a) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência.
- b) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) Processar e julgar a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- d) Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

### **QUESTÕES 15 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

15. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos Municípios.

- a) A Constituição da República de 1988 estabelece limites mínimos do número vereadores, conforme o número de habitantes do município.
- b) A competência do tribunal de justiça para julgar prefeitos não se restringe aos crimes de competência da Justiça comum estadual.
- c) Os Municípios são competentes para legislar sobre meio ambiente com União e os Estados, mas não podem adotar legislação ambiental mais restritiva em relação aos Estados-membros e à União.
- d) É inconstitucional norma de Constituição estadual que dispensa apresentação de parecer prévio sobre as contas de chefe do Poder Executivo municipal a ser emitido pelo respectivo tribunal de contas estadual.

16. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o controle de constitucionalidade.

a) Inexiste controle concentrado de lei ou ato normativo municipal frente a Constituição Federal, quer perante os tribunais de justiça dos estados, quer perante o Supremo Tribunal Federal. A Constituição Federal somente admite o controle, em abstrato, de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição estadual, junto ao tribunal de justiça do estado.

b) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria absoluta de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

c) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

d) Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, de acordo com a Lei 9.868/99.

17. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito das medidas provisórias.

a) Se a medida provisória é espécie normativa de competência exclusiva do presidente da República e excepcional, pois sujeita às exigências de relevância e urgência – critérios esses de juízo político prévio do presidente da República –, não é possível tratar de temas diversos daqueles fixados como relevantes e urgentes.

b) Uma vez estabelecido o tema relevante e urgente, toda e qualquer emenda parlamentar em projeto de conversão de medida provisória em lei se limita e circunscreve ao tema definido como urgente e relevante. Vale dizer, é evidente que é possível emenda parlamentar ao projeto de conversão, desde que se observe a devida pertinência lógico-temática.

c) Editada a medida provisória, compete ao Poder Legislativo realizar o seu controle. Frise-se que este último é, a um só tempo, político e jurídico, pois se debruça sobre a análise das circunstâncias (urgência e relevância) exigidas pela própria Constituição para a sua edição.

d) A existência de vedação expressa no texto da Constituição sobre a possibilidade de emenda com conteúdo diverso daquele que originou a medida provisória não afasta qualquer processo de cotejo interpretativo que abranja parâmetros implícitos, decorrentes de sua interpretação sistemática e unitária.

18. Com base nas disposições do Código Civil, assinale a alternativa CORRETA a respeito da transmissão da propriedade imóvel.

- a) Enquanto não se registrar o título translativo, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.
- b) O registro do título translativo no Registro de Imóveis é eficaz a partir do momento em que o título é efetivamente registrado, quando se operam os efeitos da publicidade, não possuindo efeitos retroativos.
- c) Aquele que exercer, por 3 (três) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- d) Cancelado o registro, poderá o proprietário reivindicar o imóvel, independentemente da boa-fé ou do título do terceiro adquirente.

---

19. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o dano moral, de acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça.

- a) A simples devolução indevida de cheque e a sua apresentação antecipada, em se tratando de cheque pré-datado, caracterizam dano moral.
- b) É lícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- c) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- d) São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.

---

20. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos prazos processuais, com base no Código de Processo Civil em vigor.

- a) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 3 (três) meses.
- b) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- c) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- d) Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

---

21. Sobre os recursos no processo civil, conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Código de Processo Civil em vigor (CPC/2015), assinale a alternativa INCORRETA.

a) A disposição constante do art. 1.017, § 5º, do CPC/2015, que dispensa a juntada das peças obrigatórias à formação do agravo de instrumento em se tratando de processo eletrônico, exige, para sua aplicação, que os autos tramitem por meio digital tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição.

b) Os embargos de declaração, ainda que contenham pedido de efeitos infringentes, não devem ser recebidos como “pedido de reconsideração”.

c) A interposição de agravo para o STJ contra decisão que inadmite recurso especial, com base na aplicação de entendimento firmado em recursos repetitivos, desafia a aplicação do princípio da fungibilidade, devendo a Corte Especial remeter ao Tribunal de origem o recurso para que seja conhecido como agravo interno.

d) Se os embargos de declaração forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento anterior, o recurso interposto pela outra parte antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração será processado e julgado independentemente de ratificação.

---

22. Com base no entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça a respeito da execução fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

a) Em ações de execução fiscal, é desnecessária a instrução da petição inicial com o demonstrativo de cálculo do débito e a falta de indicação do CPF e/ou RG não implica no indeferimento da petição inicial.

b) Presume-se dissolvida regularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

c) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício ainda que demandem dilação probatória.

d) Compete à Justiça Estadual processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional.

---

23. Considere os itens seguintes:

I. A \_\_\_\_\_, por seu turno, manifesta-se pela não incidência qualificada constitucionalmente. Traduz-se no obstáculo, que decorre de preceito constitucional, à incidência de tributos sobre fatos ou situações específicos;

II. A \_\_\_\_\_, por sua vez, é um favor legal consolidado na dispensa de pagamento de tributo devido, isto é, a autoridade legislativa impede que o sujeito passivo da obrigação tributária se sujeite ao tributo. Portanto, inibe-se o lançamento.

Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas:

- a) I - isenção e II - imunidade.
- b) I - imunidade e II - isenção.
- c) I - isenção e II - remissão.
- d) I - imunidade e II - exclusão.

24. O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Assinale, a seguir, alternativa que indica tributo cujo recolhimento NÃO é abrangido pelo regime do Simples Nacional:

- a) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.
- c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.
- d) Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

25. A respeito da forma dos contratos administrativos, de acordo com a Lei 8.666/93, é CORRETO afirmar que:

a) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades - estejam os preços compreendidos ou não nos limites destas duas modalidades de licitação - e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

b) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o terceiro dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

c) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

d) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de registro de imóveis, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

26. Considere a seguinte situação hipotética: “A” é empregado público de uma empresa pública municipal; “B” é empregado público de uma sociedade de economia mista municipal; “C” é ocupante de cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Direta do município e “D” é servidor público titular de cargo efetivo da Câmara de Vereadores. Assinale a alternativa CORRETA.

a) “A” e “B” não gozam de estabilidade no serviço público, sendo regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, sendo possível, portanto, a demissão imotivada.

b) Não é possível que “C” seja servidor público de carreira.

c) “D” só adquirirá a estabilidade no serviço público após dois anos de efetivo exercício e desde que seu desempenho seja avaliado por comissão instituída para essa finalidade.

d) Se “C” for exonerado do cargo em comissão por ato administrativo motivado, sendo posteriormente provado que o motivo não era verdadeiro, poderá pleitear a nulidade do ato e seu retorno ao cargo.

27. O Código Penal dispõe que: “Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido”. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Não se adotou no Brasil a teoria *conditio sine qua non* (condição sem a qual não).

b) A cadeia causal tornar-se aparentemente infinita se não sofrer qualquer limitação, de modo que não se adota no Brasil a teoria da equivalência dos antecedentes causais.

c) A teoria da equivalência dos antecedentes causais é limitada pela proibição do regresso, de modo que não é possível retroceder além dos limites de uma vontade livre e consciente, dirigida à produção do resultado.

d) O supramencionado artigo faz distinção entre condição, causa e concausa.

28. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Com base nesse diploma normativo, é CORRETO afirmar que:

a) Compete à União promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público.

b) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) não pode ser utilizado como instrumento de política urbanística.

c) Nos casos de programas e projetos habitacionais de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública com atuação específica nessa área, a concessão de direito real de uso de imóveis públicos não poderá ser contratada coletivamente.

d) Na sentença que declarar a usucapião especial coletiva, o juiz atribuirá frações ideais do terreno a cada possuidor, conforme dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos.

---

29. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito dos estágios da despesa pública.

a) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

b) A nota de empenho é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

c) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

d) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

30. Assinale a alternativa CORRETA, com base na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

a) Em mandado de segurança, somente cabe reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

b) Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.

c) Em sede de precatório, por se tratar de decisão de natureza administrativa, não se aplica o disposto no art. 1º, V, do Decreto-Lei nº 779, de 21.08.1969, em que se determina a remessa necessária em caso de decisão judicial desfavorável a ente público.

d) Caracteriza dolo processual, previsto no art. 485, III, do CPC, o fato de a parte vencedora haver silenciado a respeito de fatos contrários a ela, porque o procedimento, por si só, constitui ardil do qual resulte cerceamento de defesa e, em consequência, desvie o juiz de uma sentença não-condizente com a verdade.

---

## GABARITO

**PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30